

A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS PAA E PNAE PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

CAMILA MENDONÇA LIMONS ¹;
GIANCARLA SALAMONI ²

¹Bolsista PIBIC/CNPQ- Universidade Federal de Pelotas –camilamlimons@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas– gi.salamoni@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca demonstrar as repercussões dos Programas Institucionais Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de 2003, lei nº10.696, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), reeditado em 2009 pela lei 11.947. Ambos os programas são corolários do Programa Fome Zero, criado em 2003, com o objetivo de promover segurança alimentar saudável e nutricional da população brasileira e identificando as causas estruturais da pobreza. Sua coordenação ficou designada ao recém-criado Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), sendo instituído pela Medida Provisória nº 103, de 2003, e reformulado na lei nº 10.683.

O Programa Fome Zero é constituído por uma política pública que estrutura e coordena a implementação da política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SAN, garantido o direito humano à alimentação adequada, as iniciativas abrangem vários ministérios, da esfera federal, estadual e municipal, envolvendo a sociedade, buscando o fortalecimento dos agricultores familiares. Esse processo institucional é determinante para as políticas voltadas a segurança alimentar, buscando compreender as causas sobre o fenômeno no qual o país enfrentava.

Para execução dos Programas devem ser utilizados para aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar, exercendo a valorização do agricultor e preconizando o desenvolvimento rural sustentável. Como destacam Caldas e Ávila, (2013) :

Havia necessidade de organizar e direcionar a demanda governamental como forma e estratégia de apoio a agricultura familiar. Além do “mercado institucional” criado, observa-se também o fortalecimento dos circuitos curtos de produção, conectando o produtor, que se apropria de forma mais plena do valor agregado no processo produtivo; com o consumidor final (comunidade escolar), a quem se garante alimentação de melhor qualidade com conhecimento de origem e procedência. (CALDAS; ÁVILA, 2013, p.81)

Além disso, os alimentos agroecológicos estão entre as prioridades na compra, e poderão ter um acréscimo de até 30% em relação aos preços derivados de gêneros alimentícios convencionais, caso o agricultor agroecológico não consiga estabelecer a pesquisa de preços de mercado.

A introdução dessa política de incentivo ao agricultor familiar permite a valorização dos alimentos diversificados, além de ser fortalecedora das propriedades familiares e construir uma forte identidade das culturas com o aproveitamento dos recursos locais. A partir dessa lei, o programa compreende a importância da estimulação para a produção com a agroecologia, ou seja, valoriza os sistemas de

produção que prezam pela preservação do meio ambiente, biodiversidade e a utilização das sementes crioulas. Observa-se ainda, que o desenvolvimento rural sustentável pode ser compreendido pela diversificação de funções (multifuncionalidade) exercidas nas propriedades rurais familiares. Conforme destaca Kageyama (2004):

O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo [...] (KAGEYAMA, 2004, p.6)

Diante dessas discussões acerca do desenvolvimento rural sustentável, faz-se necessário o debate sobre os programas institucionais PAA e PNAE, que caracterizam novos mercados, além do acesso para obtenção da renda aos agricultores familiares, o programa fortalece e ressignifica essa categoria, nas suas dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais, indo além do benefício a população com alimentos de qualidade, mas, possibilitando também a permanência da agricultura familiar no campo.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), da graduação em licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas, em andamento. Além disso, compõe a agenda do projeto de pesquisa intitulado “DIAGNÓSTICO SOBRE AS REPERCUSSÕES DO PAA E PNAE SOBRE OS SISTEMAS AGRÁRIOS FAMILIARES NO RS: estudos sobre as relações entre a agricultura familiar, políticas públicas e o desenvolvimento rural na escala local”, desenvolvido pelo Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais, com auxílio financeiro do CNPq.

A pesquisa contempla a abordagem qualitativa, envolvendo a interação e o contato direto com os sujeitos pesquisados, sob o embasamento da teoria dos sistemas apresentada por Bertalanffy (1975). Segundo o autor, o sistema é um “complexo de elementos em interação”, o que se deve ao enfoque estudado entre relações e interações da sociedade como um todo, reconhecendo suas particularidades e adotando uma abordagem integrada e multidimensional da realidade.

A partir de uma aproximação teórico-metodológica entre a proposta da teoria dos sistemas agrários (MAZOYER; ROUDART, 2010; QUEIROGA, 2006; SILVA NETO; BASSO, 2005;), esta pesquisa propõe a elaboração de Diagnósticos dos Sistemas Agrários (DSA), a serem aplicados nos estudos sobre agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural.

Serão entrevistados sujeitos compreendidos como “elementos-chave” para a pesquisa, originários de três grupos: **agricultores familiares** beneficiários dos programas PAA e PNAE e afiliados a cooperativas de agricultores familiares nos municípios a serem pesquisados; **mediadores** (técnicos da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS), técnicos de cooperativas e associações e das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural, que gerenciam a implementação e a operacionalidade das políticas públicas para agricultura familiar nos municípios; e **entidades executoras**, representantes da Secretaria Municipal de Educação e das Coordenadorias Regionais de Educação da Secretaria Estadual de Educação, entre

outros. Como se trata de amostragem não probabilística, não há uma definição prévia do número de entrevistas a serem realizadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa se encontra em andamento e os resultados obtidos até o momento foram gerados pelo referencial teórico. A partir do levantamento bibliográfico, foi possível compreender a forma que se organiza a agricultura familiar, buscando salientar a importância dessa categoria no desenvolvimento rural, tendo o objetivo de elaborar diagnóstico acerca dos sistemas agrários familiares, e as repercussões do processo de inserção nos mercados institucionais PAA e PNAE, os quais fornecem subsídios para o fortalecimento da agricultura familiar.

O PAA foi criado em 2003, pela lei nº10.696, artigo 19, sendo considerado como base do programa “Fome Zero” no combate à fome e exclusão social, além disso, é importante referência no fortalecimento e a comercialização da agricultura familiar, através de preços mínimos a serem praticados com a garantia de compra, articulando agricultura familiar com mercados institucionais e assegurando o acesso à alimentação saudável à população com baixo poder aquisitivo, além disso, estimula o agricultor familiar a diversificar a produção, gerando alimentos saudáveis e diversificados para a sociedade, ainda servindo de estímulo para seu próprio consumo. Segundo Grisa et al. (2010), o PAA tem se destacado por estimular a diversificação da produção na medida em que conecta a oferta a uma demanda por frutas, verduras, produtos de origem animal e agroindustrializados, advindos da agricultura familiar.

Esse programa está dividido em cinco modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra com Doação Simultânea (destinando a demandas locais de escolas, creches, hospitais públicos, assim como restaurantes populares), Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, Incentivo à Produção e Consumo de Leite (para os estados do Nordeste e Minas Gerais) e Compra Institucional.

Já o PNAE, origina-se em 1954, com intuito de fornecer alimentação para os escolares de baixa renda, passando por diversas modificações ao longo da história. Em 2009, através da regulamentação da lei 11.947 do PNAE, obteve-se um estímulo à agricultura familiar, através da dispensa de licitação nas vendas para agricultura familiar, permitindo a inserção do agricultor que antes não conseguia concorrer com grandes empresas, além de oportunizar alimentos mais saudáveis, colabora com a melhoria de renda e qualidade de vida do agricultor. Além disso, a lei determina que os alimentos agroecológicos estejam entre as prioridades na compra, e poderão ter um acréscimo de até 30% em relação aos preços derivados de gêneros alimentícios convencionais, caso o agricultor agroecológico não consiga estabelecer a pesquisa de preços de mercado. Priorizando a agricultura agroecológica, através disso, busca incentivar a preservação ambiental, consequentemente gera melhoria na qualidade de vida do agricultor que não fica exposto aos agrotóxicos, além de beneficiar a saúde da comunidade escolar com alimentos saudáveis.

4. CONCLUSÕES

Os programas PAA e PNAE estão em constante desenvolvimento social e agrário, sendo observado através do precedente histórico das políticas desenvolvidas em torno da segurança alimentar, mudando seus conceitos

juntamente com as leis desenvolvidas, procurando formas de fornecer subsídios para os agricultores familiares que tanto necessitam de políticas voltadas para o rural, sendo assim, pretende-se ressaltar a importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que possibilita o acesso as linhas de crédito sendo destinadas como apoio para investimento na renda dos agricultores familiares e para os mesmos também serem reconhecidos como tal categoria, sob o objetivo do fortalecimento e apoio ao produtor familiar.

Diante das políticas criadas para o fortalecimento do agricultor, nota-se que a regulamentação das leis do PAA em 2003, que pretende estruturar o programa através de políticas voltadas a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que tem objetivo de compreender a realidade dos agricultores familiares, por meio da distribuição de renda e geração de empregos. Além disso, o PNAE regulamentado em 2009 colabora com mais uma forma de inclusão da agricultura familiar no mercado, contribuindo com a economia regional e principalmente local, além disso, estimula a comunidade escolar a hábitos alimentares mais saudáveis.

Os mercados institucionais incentivam a aproximação da produção familiar através da diminuição de atravessadores que possibilita ao agricultor a confiabilidade e o menor custo com transporte. Segundo Darolt e Brandemburg (2013) pode ser denominado como canais curtos de comercialização, sendo a venda indireta caracterizada quando há uma mediação de um único intermediário na comercialização dos produtos. Podendo ser compreendida a venda para programas do governo como PAA e PNAE. Sendo assim, procura-se demonstrar a contribuição que os programas PAA e PNAE, vêm construindo até o momento, através de políticas assistencialistas e sociais, que visam o fortalecimento da agricultura familiar através da valorização das culturas alimentares locais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- CALDAS, E.L.; ÁVILA, M.L. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Espaço Acadêmico**, v.13, n.148, p.77-84, 2013.
- GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de assentamentos**. n.13, p.137-170, 2010.
- DAROLT, M. R.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, v.10, n.2, p. 8-13, 2013.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. **Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília**, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2010.
- QUEIROGA, Joel Leandro de. **Origens, evolução histórica e situação atual dos sistemas agrários de comunidades de agricultores familiares da região metropolitana de Curitiba**. 2006. 242f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: uma análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.